



**A INSISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
POR UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRATIZADA:
*Um estudo sobre grupos de comunicação de resistência
na Região Metropolitana do Recife/PE*¹**

Ana Carolina de Senna Melo e Silva²

Universidade Federal de Pernambuco

***Resumo:** Este artigo descreve e analisa grupos organizados na Região Metropolitana do Recife com foco na democratização da comunicação, a partir de uma compreensão da comunicação como um direito humano. Partindo do estado da arte dos estudos sobre a comunicação de resistência a uma descrição dos grupos, conclui-se que, embora nos anos noventa os estudos de comunicação tenham enfraquecido a esperança na resistência, a aspiração por uma outra comunicação vem ganhando novo fôlego nos últimos anos.*

***Palavras-Chave:** Democratização da comunicação. Comunicação Alternativa. Mídia Radical. Comunicação nos Movimentos Sociais.*

O Recife abriga atualmente um conjunto significativo de grupos e organizações atuando com foco na comunicação. A cidade da TV Viva, primeira tevê ao ar livre³ das Américas, foi também palco de um importante movimento cultural que renovou a música brasileira – o Movimento Mangue Beat, na década de noventa, em cuja esteira revelaram-se bandas como Nação Zumbi e Mundo Livre S/A. O caráter periférico do movimento impulsionou o debate sobre a estrutura midiática, marcada por uma forte concentração no sudeste do país. Tratava-se de um momento de efervescência e renovação das questões que inquietavam a juventude da cidade, que incluíam cultura, comunicação, leis de rádio-difusão, a estrutura das gravadoras, em uma palavra – as indústrias culturais.

Ao final da década seguinte, é possível observar que o debate sobre a comunicação na Região Metropolitana do Recife (RMR) vem crescendo nos últimos anos, fato visível com o aumento de grupos atuando com foco na democratização da comunicação, a partir de uma compreensão da comunicação como um direito humano. Se há uma relação de causa e efeito entre o momento atual e a efervescência dos anos 1990, é difícil precisar. Este trabalho ocupou-se de mapear os coletivos de comunicação em atuação na RMR: Auçuba, Sinos, Ventilador

¹ Trabalho apresentado ao XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Intercom Teresina 2009, à Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania.

² Jornalista e pesquisadora, mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: carolinasenna@gmail.com

³ Criada em 1984



Cultural, Rede Resistência Solidária (RRS), Projeto Coque Vive, Coletivo Gambiarra Imagens, Coletivo Desclassificados, Centro de Comunicação e Juventude (CCJ), Agência de Notícias da Roda de Fogo e Observatório de Mídia Regional. Dentre os dez grupos estudados, nove foram criados depois de 2002, seis deles entre 2006 e 2007. Pode-se a partir disso constatar, na presente década, um novo fôlego no movimento de comunicação ou presença da comunicação como temática nos movimentos sociais locais.

Também a pesquisa em comunicação alternativa tem passado por uma renovação (DOWNING, 2008). Talvez na medida em que melhor se constate a inviabilidade democrática do modelo midiático vigente, o campo da mídia alternativa, radical ou de resistência vá ganhando destaque outra vez, considerando-se que na América Latina ocorreu uma vanguarda nos estudos nesse campo, emblemática entre o final da década de 1970 e a de 1980 (BERGER, 2001). No entanto, essa pesquisa entrou em decadência nos anos de 1990, mesmo período da consolidação do atual modelo econômico globalizado, autodeclarado como “pensamento único” após a queda do muro de Berlim. A dimensão que a mídia tomou no subcontinente nessa fase, passando a ocupar uma centralidade radical em todas as dimensões da vida social e cotidiana das pessoas, fez com que arrefecesse qualquer entusiasmo em relação à mídia alternativa mesmo entre os setores críticos da pesquisa em comunicação (BERGER, 2001), salvo os estudos de alguns pesquisadores insistentes. Mas o cenário internacional tem apontado em outro sentido, segundo John Downing:

Até o início da presente década, projetos de mídia desse tipo – mais freqüentemente de pequena escala, freqüentemente efêmeros, quase sempre sub-financiados ou completamente desprovidos de recursos – estiveram basicamente abaixo do radar da pesquisa convencional de mídia. Eles eram bagunçados demais, patéticos demais, em comparação com os *media mogul*, em uma palavra, *nano* demais para serem dignos de se gastar uma preciosa energia de pesquisa com eles. Esse cenário mudou notavelmente, com a publicação de mais e mais pesquisas nessa área, muitas das quais livros inteiros, e com a criação de uma conferência internacional anual dedicada a essa mídia, a conferência OurMedia/NuestrosMedios, que até esta data se reuniu nos EUA, Espanha, Colômbia, Brasil, Índia, Austrália e Gana. Com o advento, no meio da década, dos assim chamados sites de networking social tais como YouTube, MySpace, Facebook e outros, esquivar-se dessa área de pesquisas cessou de ser plausível. (2008, p. 6)⁴

Resistência – um campo de pesquisas necessário

Independente do posicionamento político, entre os pesquisadores da comunicação não há como negar que a mídia global tem um padrão excludente, é um fenômeno corporativo,

⁴ Tradução da autora.

marcado por uma altíssima concentração de propriedade, e que abriga poucas vozes, todas sob o crivo de uma lógica estreita, definida por seu potencial de lucratividade. Situada na periferia do processo de globalização na década de 1990, mas cujo terreno já vinha sendo preparado desde pelo menos as três décadas anteriores, a América Latina enquanto território de pensamento pode ser considerada umas das pioneiras na tentativa de formular uma reflexão em torno da mídia de resistência. Segundo Berger, após uma primeira fase de pensamento propriamente latinoamericano, nos anos 1970 – marcada pela pesquisa-denúncia contra a mídia das multinacionais⁵, pela preocupação com a dominação cultural através da ideologia, a partir do conceito de Imperialismo Cultural – uma nova geração pioneira tentou superar esse desenho de uma Indústria Cultural praticamente onipotente.

Assim, nos anos 1980, os pesquisadores latinoamericanos descobriram que uma outra comunicação era possível e estava sendo desenvolvida nos movimentos sociais. Segundo Berger, duas linhas de pesquisa foram delineadas claramente nessa década, quando a denúncia deu lugar a estratégias para resistir ao avanço da mídia corporativa: tanto apontando a necessidade de formulação de políticas nacionais de comunicação que protegessem o interesse público de suas populações, regulando a ação dos grupos estrangeiros; quanto pesquisando e atuando na chamada mídia popular ou alternativa (BERGER, 2001), num contexto de dominação econômica e cultural atrelada ao subsídio de ditaduras militares em quase todo o subcontinente. Contreras Budge, citado por Berger, descreve esse momento:

Seja pelos vaivens políticos da região, pelas oportunidades perdidas, pelo próprio cansaço de um teorismo estéril, pelo fluxo e refluxo das modas comunicacionais, o fato é que de repente foram descobertas as práticas da comunicação popular. (...) Descobertas no sentido de destaparmos os olhos do teorismo e contemplar, admirados, aquilo que havíamos ignorado (Berger, 2001).

Um marco para essa nova fase latinoamericana é a publicação do Relatório NOMIC (Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação), pela Unesco, em 1977, também conhecido como Relatório McBride, segundo o nome do coordenador da pesquisa. Esse trabalho foi publicado em 1985 no Brasil com o título *Um Mundo e Muitas Vozes*. Para Berger (2001), não há coincidência entre o surgimento da comunicação popular e o interesse acadêmico despertado por ela. Formas populares de expressão, de resistência e de contestação

⁵ Destaca-se aqui o trabalho do jovem A. Mattelart. Essa fase foi posterior ao encontro da CIESPAL (Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina) na Costa Rica em 1973, quando os pesquisadores resolveram se opor ao modelo difusionista-instrumental, de influência norte-americana, que marcava o Centro desde o seu nascimento, e lançar bases próprias, críticas e que inserissem o contexto socioeconômico e político dos países nas reflexões sobre a comunicação. (BERGER, 2001).



existiram desde sempre, assim como alternativas à cultura dominante. O que ocorreu de particular no final dos anos 1970, foi a transformação desse universo em objeto de estudo, devido a um contexto de intensas lutas populares, flexibilização do pensamento sobre a indústria cultural e desidentificação do receptor como massa amorfa.

Ainda segundo a autora, essa tendência, nos anos 1990, se esvaziou, e novas questões passaram a ocupar a centralidade do debate comunicacional latinoamericano, reformulação atribuída especialmente ao trabalho de Jesus-Martin-Barbero, à influência da Escola de Birmingham, e ao trabalho de Néstor Canclini, em um período marcado pela perplexidade frente às profundas transformações advindas com a globalização. A interdisciplinaridade e as indefinições – como a ausência de barreiras claras entre o popular e o massivo – passam a caracterizar mais intensamente o campo (BERGER, 2001). É nesse contexto que:

As razões de fundo que orientaram a denúncia dos modos de atuação da comunicação na América Latina permanecem, mas o modelo da pesquisa-denúncia ficou fora de lugar. Por outro lado, também os dois caminhos subsequentes se perderam: as ilusões do Estado capaz de transformar o mundo da cultura, com a aquiescência de organismos internacionais como a ONU e a Unesco, já foram enterradas, e a comunicação popular e alternativa, capazes de se contraporem com êxito a Indústria Cultural, também já não pertencem à agenda temática da área (BERGER, 2001).

Entretanto, atualmente têm voltado à pauta na sociedade tanto a discussão sobre as políticas de comunicação quanto sobre a mídia alternativa. Segundo Rebouças, “os últimos anos têm sido tão emblemáticos nos debates em torno das políticas de comunicações que fazem parecer que houve um grande silêncio desde a promulgação da Constituição de 1988” (2008). Quanto às pesquisas em torno do ativismo de mídia, é Downing (2008) quem destaca seu crescimento no âmbito internacional ao longo da última década. Nesse período, tem ganhado espaço nos estudos uma mídia agrupada sob vários títulos: mídia alternativa, mídia cidadã, mídia comunitária, mídia tática, mídia independente, mídia de contra-informação, mídia participativa, mídia do terceiro setor, mídia nos movimentos sociais.

Mesmo que superabundantes, os conceitos que delineiam esse campo de estudos são sempre limitados e insatisfatórios (DOWNING, 2008), e são, em certa medida, polêmicos mesmo dentro do próprio campo. Mas toda essa aparente confusão conceitual está ligada à característica do campo de debruçar-se sobre movimentos, grupos ou processos sociais complexos e cuja marca é o próprio dinamismo. Como apreender de maneira firmemente

ordenada uma realidade mutável e sempre surpreendente? Demarcamos aqui o interesse pela comunicação atrelada aos movimentos sociais, conforme Dagron (2004):

Just as commercial media are tightly linked to the health of business, and state or government media depend so much on the power structure, the very life of alternative media is tied to social struggle and social movements. Alternative media, as well as the paradigms that they oppose, establish a mutual relationship with the process of social change: they nurture social change as much as they feed from it. Alternative media are bonded to social movements and are seldom sustainable if detached from them.⁶

Comunicação de resistência na Região Metropolitana do Recife

No presente trabalho, traçamos um panorama geral do movimento social no Recife organizado em torno de uma prática que tem como ponto de partida e como horizonte a necessidade de uma comunicação democratizada. A metodologia utilizada para a coleta dos dados necessários a esse mapeamento comportou duas etapas: a primeira consistiu em um levantamento documental, e a segunda na aplicação de um questionário, que abordou pontos relativos à formalização do grupo, missão, descrição de atividades, mídias produzidas, perfil dos integrantes e do público atendido (caso houvesse), sustentabilidade e principais desafios. Pelos limites deste trabalho, apenas alguns desses elementos serão aqui destacados.

Para definir o universo a ser mapeado, estabelecemos os seguintes critérios: abordamos grupos cujo foco de atuação é a comunicação (e não focados em apenas uma linguagem ou os que desenvolvem comunicação desde uma visão apenas instrumental); grupos correntemente em atividade; organizados há mais de um ano; e cujo trabalho tivesse alcançado uma relevância no nível da cidade (quer dizer, além de seu entorno imediato). Assim, identificamos um conjunto de grupos que foram contatados, dentre os quais os dez supracitados seguiram o processo até o final.

É importante ressaltar que os critérios elencados, por reduzir ao mais essencial o universo abordado, resultam em um panorama mais específico, que não dá conta da complexidade do tecido social em franca atuação no campo da comunicação no Recife. Isso porque deixamos de fora aqui, por exemplo, as rádios comunitárias (tais como a Alto Falante, do Alto José do Pinho; a Boca da Ilha, da Ilha de Deus; ou a Rádio Pilar, da comunidade com o mesmo nome); produtoras audiovisuais independentes (como a Símio Filmes), coletivos

⁶ Assim como as mídias comerciais estão fortemente ligadas à saúde dos negócios, e a mídia estatal ou governamental depende muito da estrutura de poder, a própria vida da mídia alternativa está ligada à luta social e aos movimentos sociais. Os meios alternativos, tanto quanto os paradigmas a que eles se opõem, estabelecem uma relação de reciprocidade com o processo de mudança social: eles nutrem a mudança social bem como se alimentam dela. Os meios alternativos são ligados aos movimentos sociais e são raramente sustentáveis se desligados deles (Tradução da autora).



independentes de fotografia (como o Canal 03 e o coletivo do projeto FotoLibras), editoras independentes (como a Livrinho de Papel Finíssimo), o expressivo grupo recifense de poetas marginais (que muitas vezes custeiam e distribuem impressos com suas poesias, que em geral abrigam forte crítica social), sem falar dos profissionais de comunicação (jornalistas, fotógrafos etc.) que têm uma inserção profissional sensível e engajada com a democratização da comunicação – grupos e sujeitos esses todos que, em certa medida, articulam-se entre si quando necessário, compartilham em alguma medida uma perspectiva de intervenção social no sentido da radicalização da democracia e da diminuição das desigualdades, e que mantêm articulações com os grupos aqui mapeados.

Há ainda ONGs ou organizações comunitárias que trabalham com alguma temática em geral, por exemplo, juventude ou cultura, mas que inserem linguagens de comunicação no universo das oficinas oferecidas ao seu público. Tudo isso sem contar com os pontos de cultura⁷, cujo impacto nas associações e grupos culturais comunitários poderá ser melhor avaliado em um futuro próximo, mas que tangencia a democratização da comunicação no sentido em que prevê inclusão digital e o desenvolvimento de uma cultura de registro e difusão das manifestações culturais, contemplando inclusive equipamentos de filmagem, ilhas de edição de áudio e vídeo e formações técnicas para seus participantes.

Sendo assim, as dinâmicas sociais que têm relevância para o fortalecimento do debate público em torno da democratização da comunicação, bem como de práticas que apontem nessa direção, constituem atualmente no Recife uma tapeçaria complexa e rica. O acompanhamento acadêmico de toda essa dinâmica, entretanto, precisa ser incrementado. Em seguida, traçamos uma breve descrição dos grupos mapeados, ordenados segundo afinidades nas formas de organização e atuação.

O Auçuba trabalha com comunicação e educação, para a defesa dos direitos da infância e adolescência, desde sua fundação como Organização não Governamental em 1989. Realiza atualmente desde a formação de jovens comunicadores populares, através do NCC – Núcleo de Comunicação Comunitária, e da coordenação da escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia, até ações de controle social e qualificação da mídia, através do Programa Só Para Fazer Mídia. O Centro de Comunicação e Juventude (CCJ) foi criado mais recentemente, em 2007, para apoiar

⁷ Núcleos de salvaguarda cultural instalados em comunidades com produção cultural ativa por todo o país, frutos da política cultural do Ministério da Cultura elaborada na gestão de Gilberto Gil, durante o governo de Lula da Silva.



o desenvolvimento da comunicação em iniciativas sociais parceiras, através da formação de jovens comunicadores populares, com ênfase nas linguagens de vídeo, fotografia e web, também promovendo atividades culturais.

Em 2002 foi criada a Sinos – organização para o desenvolvimento da comunicação social, que se propõe a “estimular uma comunicação a serviço da promoção, proteção e reparação dos direitos humanos, além de acompanhar o desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas de comunicação, que garantam um sistema público forte e plural segundo o interesse da sociedade brasileira”. Em 2006, foi fundado o Observatório de Mídia Regional, na Universidade Federal de Pernambuco, como grupo de pesquisa vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem como objetivo principal a “produção de conhecimento que alimente um debate acadêmico, político e social em torno da qualidade da mídia, do papel social dos meios de comunicação”, através de um acompanhamento da produção midiática regional, o que possibilitará a produção de um importante acervo com material bruto para pesquisas não só na área da Comunicação, mas também em Educação, Psicologia e Saúde.

A Rede de Resistência Solidária (RRS), criada em 2005, é uma articulação entre diversos coletivos *comunitários* da Região Metropolitana do Recife (RMR), o que quer dizer, grupos organizados por moradores das periferias e bairros pobres da região. Por compreender que a comunicação midiática não responde aos reais interesses das comunidades, a RRS se propõe a funcionar como instância promotora de um diálogo vivo de “re-construção comunitária”. Assim, encontros como o mutirão de grafite, que ocorre a cada mês em uma comunidade diferente, e a própria troca entre os coletivos e cooperantes, que moram em locais que muitas vezes enfrentam problemas semelhantes, são compreendidos como estratégias de comunicação de resistência da Rede, assim como a arte, o diálogo, a vestimenta, o grafite, a música, e também revistas, jornal, vídeos e fotos, também produzidos pelo grupo.

O Coletivo Gambiarra Imagens também atua com foco nas comunidades (bairros pobres) do Recife, especialmente a Campina do Barreto, na Zona Norte da cidade, onde fica sua sede. O grupo, que existe desde 2006, busca desenvolver uma comunicação com a linguagem da própria comunidade, que sirva para sua libertação. Seu principal meio para isso é a produção audiovisual, mas também trabalha com outras linguagens e apóia outros coletivos comunitários na parte de comunicação, inclusive vem realizando as mostras de vídeo na maioria dos Mutirões de Grafite da RRS.



Da mesma inserção territorial compartilham o Coletivo Desclassificados e a Agência de Notícias da Roda de Fogo, duas iniciativas de jovens que também visam produzir uma comunicação livre, para expressar sua forma de ver sua realidade e suas comunidades. O Desclassificados, que aglutina moradores de várias periferias, produz um Fanzine periódico com apoio da ONG Etapas, e também disponibilizam seus textos na internet. A Agência Roda é formada por 3 moradores da Roda de Fogo, comunidade na Zona Oeste do Recife, que, para desconstruir o preconceito contra sua comunidade e para reafirmar a história positiva de luta dos seus pais para terem conquistado aquelas moradias, criaram um blog e um jornal de parede que divulgam notícias sobre a comunidade e também divulgam para a comunidade informações de seu real interesse.

Outro grupo que surgiu para revelar um outro olhar sobre a comunidade foi o projeto Coque Vive. Inquietos com o estigma negativo que existe sobre o Coque, jovens integrantes do MABI – Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis, do Coque, convidaram estudantes de jornalismo da UFPE a realizar um jornal que mostrasse a comunidade com um enfoque mais abrangente que a mera violência factual. A partir da experiência do jornal, em 2006, foi criado um projeto de extensão, em parceria com o MABI e a organização local Neimfa (Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis), para desenvolver estratégias de comunicação mais humanas e construtivas.

O Coletivo Ventilador Cultural compartilha da mesma percepção de comunicação como um Direito Humano. Criado em 2005 por comunicadores e artistas em defesa da democratização da comunicação, o coletivo tem como proposta “capacitar, incentivar e apoiar pessoas, grupos e ações sociais a utilizarem as diversas ferramentas da comunicação para transformarem positivamente a sociedade”.

Conclusões

A concentração midiática é um sério entrave à construção de uma democracia de fato, no Brasil como em outros países, mas a sociedade vem desenvolvendo formas de enfrentamento a esse problema. A partir da atuação de grupos como os aqui descritos é possível perceber que o barateamento da tecnologia e a capilarização do acesso tanto aos debates quanto aos meios de produção midiática têm fortalecido estratégias de resistência em todas as camadas do tecido social, desde as universidades, passando pelo movimento social formalizado, até estratégias comunitárias e dos setores mais pobres da população. Se a concentração é um



problema para todos, a sociedade resiste. Mas esse problema rebate especialmente sobre os mais excluídos, como é o caso das periferias urbanas.

A partir das descrições acima, é possível perceber que mais da metade dos grupos têm suas práticas fortemente vinculadas a uma perspectiva territorial de inserção e compromisso, seja em uma comunidade específica – como Projeto Coque Vive e Agência Roda –, ou com as comunidades (bairros e localidades pobres) em geral e seus moradores – como os Desclassificados, a RRS, o Gambiarra, o CCJ e as ações de formação do Auçuba. Isso aponta que as periferias urbanas aglutinam hoje desafios que constituem um território de lutas específico no qual a questão midiática ocupa um papel relevante. A associação simbólica desses espaços ao crime e à violência urbana, e a representação estereotipada de seus moradores são problemas reforçados pela mídia comercial e que se somam ao amplo quadro de violação de direitos ao qual essas populações em geral já estão submetidas.

Analisando a estrutura dos grupos quanto à formalização, apenas dois possuem pessoa jurídica própria – o Auçuba e a Sinos, ambas associações civis sem fins lucrativos. Dentre os demais, quatro não têm formalização jurídica mas estão incubados em instituições formalizadas (Coque Vive e Observatório – UFPE, Desclassificados – Etapas, CCJ – Diaconia), o que em geral se rebate em lógicas mais formais de atuação, sobretudo no que diz respeito a estratégias de gestão e sustentabilidade; e outros quatro (Ventilador, Agência Roda, RRS e Gambiarra) são informais e recorrem a parceiros quando precisam de CNPJ para acessar a algum edital.

Grupos como o Coletivo Gambiarra, a Rede de Resistência Solidária e a Agência de Notícias da Roda de Fogo, protagonizados por moradores de periferias, são significativos na medida em que, embora apoiados de alguma maneira na rede de organizações institucionalizadas, colocaram-se fora do lugar que coube historicamente a seus pares no campo dos movimentos sociais – o de *assistidos* – e têm construindo um lugar de autonomia em seus projetos e ações, o que pode ser considerado uma conquista dos próprios movimentos sociais em geral. A importância desse aspecto está relacionada à construção de um processo de democratização radical, que chegue de fato a todas as camadas da sociedade.

Entretanto, por um lado, percebe-se que, no que tange ao acesso a recursos, a habilidades técnicas ou às ligadas à educação formal, são esses justamente os grupos ainda mais frágeis. Por isso, a uma rede de iniciativas afins pode oferecer suporte, o que contribui muito para a sustentabilidade desses grupos, uma vez que podem recorrer quando necessário a outros com um maior grau de formalização. Por uma outra perspectiva, pode-se dizer também

que são esses (os informais) os grupos mais fortes do tecido, uma vez que suas ações são levadas a cabo mesmo dentro das situações menos favoráveis, o que indica um tipo de habilidade especial de lidar com os próprios limites de maneira criativa. Conviver com uma vulnerabilidade permanente e conseguir se sustentar e atuar dentro dela faz com que esses grupos estejam mais aptos a lidar com desafios que estão postos para todas as instituições aqui elencadas, inclusive as mais formalizadas, como a escassez de recursos e as amarras que o sistema de financiamentos normalmente carrega em si. Uma troca interessante, portanto, pode ocorrer entre esses diferentes níveis do movimento social da comunicação, na qual não apenas os grupos mais informais podem se beneficiar, mas também os grupos formais, ao vislumbrar maneiras criativas e flexíveis de conferir sustentabilidade a suas ações, dimensão essa que foi apontada como principal desafio por todos que e inserem em uma lógica formal.

Quanto às formas de atuação, é possível classificar os grupos como de *formação* e de *ativismo direto*, dentre os quais alguns realizam ativismo através do controle social da mídia e/ou incidência (pesquisa, avaliação, formulação) sobre as políticas de comunicação, e outros realizam ativismo através da produção de mídia radical (ou alternativa, livre ou comunitária), conforme apontado no quadro-síntese:

	FORMAÇÃO	ATIVISMO	
		produção de mídia	controle social
1. Auçuba	X	X	X
2. Sinos	X	X	X
3. Ventilador		X	
4. RRS		X	
5. Coque Vive	X	X	
6. Gambiarra		X	
7. Desclassificados		X	
8. CCJ	X	X	
9. Agência Roda		X	
10. Observatório			X

As mídias produzidas são de vários tipos. Tanto as convencionalmente reconhecidas como tais dentro do campo – audiovisual (com o qual trabalham 7 grupos), impresso (5 grupos), fotografia (6 grupos), e por último rádio (com a qual apenas 4 grupos trabalham, e esporadicamente) –; passando pelas “novas” mídias (blogs, web, mídias digitais), às quais todos os grupos têm acesso. São frequentes também mídias radicais de rua, cuja abordagem ainda é menos freqüente em meio as pesquisas⁸, tais como intervenções de rua, criação de espaços de discussão, atividades culturais, exibição de vídeos ao ar livre, grafite, murais e vestuário (6 grupos). Destacamos aqui que a distribuição das mídias produzidas e o alcance das

⁸ Sobre isso, ver Downing, 2002.



ações ainda é muito reduzido se comparado ao ideal, e talvez uma maior articulação entre os grupos nem tanto no sentido da produção (quando a articulação mais ocorre) e mais no sentido da distribuição/divulgação poderiam tornar possível encontrar caminhos coletivos para impactar com maior efetividade a sociedade em geral.

Percebemos, portanto, que no campo da comunicação de resistência, como ela se configura nos movimentos sociais locais, ocorre uma convergência de diversas estratégias, passando desde o controle social, à discussão de política de comunicação e à democratização direta, a partir da apropriação dos meios e da produção de uma comunicação autônoma própria. Isso desafia as pesquisas em comunicação a também desenvolverem métodos de abordagem integrados para mais eficazmente abordar e fomentar a resistência. Como o “fim da história” não passou de um mito mal-intencionado, as energias utópicas de transformação, embora sujeitas a fluxos e refluxos, renovam-se insistentemente em meio aos movimentos sociais e também na academia, para a construção de uma sociedade mais justa e de uma democracia efetiva.

Referências

BERGER, Christa. A pesquisa em Comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT Antônio; MARTINO, Luís. FRANÇA, Vera. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 241-277.

DAGRON, Alfonso Gumucio. The long and winding road of alternative media. In: DOWNING, John et al., (org.) *The Sage Handbook of Media Studies*. London, UK & Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2004, p. 41-63.

DOWNING, John D. H. *Uncommunicative partners: social movement media analysis and radical educators*. Texto da conferência apresentada na IV Conferência de Mídia Cidadã. Recife, 2008.

_____. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e nos movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002.

PERUZZO, Cicilia M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *TV Comunitária no Brasil: aspectos históricos*. In: VI Congresso da LUSOCOM, Universidade Beira Interior, Portugal, 2004. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-tv-comunitaria.pdf>

REBOUÇAS, Edgard. *A participação da sociedade civil nos debates da comunicação 20 anos pós-Constituição*. Brasília, 2008. Texto para o V Colóquio Brasil-Espanha de Ciências da Comunicação Políticas de Comunicação e da Cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social. Mesa: Movimentos sociais, cidadania e comunicação.

SOUZA, Paulo Ricardo Paiva. *Quando o olho vira boca: avaliação das estratégias de comunicação rural e o protagonismo juvenil no projeto escola de vídeo da organização não governamental Auçuba*.



Dissertação (Mestrado em Comunicação Rural), Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2000.

Sites consultados:

web.observatoriodasmetroles.net
www.aucuba.org.br
www.cjrecife.org.br
www.coquevive.org
www.ufpe.br/observatorio
ourmedianetworg.org
ventiladorcultural.blogspot.com
rrsinforma.blogspot.com
coletivogambiarrainagens.blogspot.com